



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

OS COLETIVOS ENTRE O EUCALIPTO E A CASTANHA: estratégias de territorialidade em Repartimento dos Pilões, Almeirim-PA.

Autoria: Malenna Clier Ferreira Farias, Malenna Clier Ferreira Farias Luciana Gonçalves de Carvalho

Este work quer demonstrar, por meio de abordagem etnográfica e observação participante, como diferentes formas de ocupar a terra se expressam em disputas territoriais e conflitos socioambientais em uma comunidade agroextrativista na Amazônia. O local do estudo é Repartimento dos Pilões, em Almeirim-PA, onde os moradores se dividem entre coletivos e individuais em função de distintas representações e expectativas de direitos de acesso a terra e uso de recursos naturais. Os coletivos reivindicam a criação de uma Reserva Extrativista como garantia de acesso aos castanhais que exploram desde a década de 1960 e como proteção contra o modelo de manejo florestal do Grupo Jari, um empreendimento que ocupa áreas reivindicadas pela comunidade para realizar plantio de eucalipto com vistas à produção industrial de celulose. Os individuais se opõem à Resex, desejam receber títulos de propriedade individuais e mantêm uma relação estreita com a empresa como estratégia para estabelecer um modo de vida diferenciado em relação aos "coletivos". O foco da etnografia, portanto, recai sobre as formas de organização sociopolítica dos grupos em disputa, não só perante o Estado, mas também entre si. Conclui-se que os coletivos, principais interlocutores da pesquisa, mantêm práticas ecológicas, políticas, sociais e culturais que não excluem apropriação individual de recursos, conquanto se orientem por uma relação de troca e negociação com outros



agentes do território que ocupam historicamente, o que lhes tem conferido o direito a terra, bem como a diferenciação em relação aos ?individuais?.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

